

**ATA DE REUNIÃO Nº 01/2020 DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE DA
CEGÁS**

REFERÊNCIA: ANÁLISE DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS E IMPEDIMENTOS LEGAIS DE PESSOAS INDICADAS PARA MEMBRO EFETIVO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA CEGÁS.

DISPOSIÇÕES LEGAIS:

- Lei 13.303/2016;
- Lei 6.404/1976;
- Estatuto Social da CEGÁS;
- Política de Indicações da CEGÁS;

1. LOCAL, HORA E DATA: No dia 31 de agosto de 2020, às 8h00, foi iniciada a Reunião nº 01/2020 Do Comitê Estatutário de Elegibilidade da CEGÁS, realizada remotamente, através da aplicação Microsoft Teams, tendo em vista a necessidade de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19.

2. PRESENCAS: Os membros do Comitê: Sra. Celânia Pinto Lima (Recursos Humanos), Sra. Suyanne Maria Trindade Pedrosa (Gerência Jurídica), Sra. Valéria Lima Portela (Riscos e Conformidade).

3. ORDEM DO DIA: 3.1. Análise do preenchimento dos requisitos e impedimentos legais de pessoas indicadas para membro efetivo da Diretoria Executiva da CEGÁS.

3.2. O Comitê Estatutário de Elegibilidade é constituído por membros designados pela Diretoria Executiva da CEGÁS, tendo se formado a composição atual mediante a 96ª Reunião de Diretoria Executiva, realizada em 18/08/2020, nos termos do art. 29 do Estatuto Social da Companhia, e nos itens 6.1 e 6.2 do Regimento Interno do Comitê Estatutário de Elegibilidade da CEGÁS.

3.3. A Política de Indicações da CEGÁS destacou em seu item 6.2 os requisitos e impedimentos a serem observados para que se demonstre a aptidão do indicado para figurar como Administrador da Companhia. O Subitem 6.2.1 enfatizou os "requisitos" que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva devem possuir:

6.2.1. Os requisitos para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva são, cumulativamente:

- a) ser cidadão de **reputação ilibada e conhecimento notório**;
- b) ter **experiência profissional** de, no mínimo 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da companhia ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:
 - cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da companhia, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da companhia;
 - cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;
 - cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da companhia;



ATA DE REUNIÃO Nº 01/2020 DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE DA CEGÁS

- experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da companhia;
- c) ter **formação acadêmica compatível** com o cargo para o qual foi indicado;
- d) não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar no 135, de 4 de junho de 2010, transcritas abaixo:

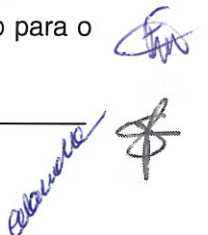
3.4. Já o subitem 6.2.2 lançou as situações de “vedação” a serem observadas pelos indicados ao cargo de Administrador da CEGÁS, sendo elas:

6.2.2. É vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva de:

- Representantes do órgão regulador ao qual a companhia está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública sem vínculo permanente com o serviço público, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo (e seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas);
- Pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;
- Pessoa que exerça cargo em organização sindical;
- Pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a pessoa político-administrativa controladora da companhia ou com a própria companhia em período inferior a 3 (três) anos antes da data de nomeação;
- Pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da companhia ou com a própria companhia.

6.2.3. Os requisitos previstos no item 6.2.1. b) acima poderão ser dispensados para o caso de indicação de empregado para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, e para eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração, desde que atendidos os seguintes quesitos mínimos:

- I - o empregado tenha ingressado na companhia por meio de concurso público;
- II - o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na companhia;
- III - o empregado tenha ocupado cargo na gestão superior da companhia, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades do cargo para o qual foi indicado.



**ATA DE REUNIÃO Nº 01/2020 DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE DA
CEGÁS**

3.5. Documentando as indicações para membros do Diretoria Executiva da CEGÁS, foi entregue pela Secretaria Geral da CEGÁS, processo administrativo SCDOC nº 6488/2020, referente à indicação para o mandato 2020-2022, pelo acionista Estado do Ceará: **(1) Sr. Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, como Diretor Presidente; e pelo acionista Mitsui Gás e Energia do Brasil: **(2) Sr. Fábio Augusto Norcio**, como Diretor Administrativo e Financeiro. Não houve indicação pelo acionista GASPETRO, razão pela qual o mandato do atual Diretor Técnico e Comercial, Sr. Flávio Borges Barros, foi prorrogado automaticamente até a posse do sucessor, nos termos do art. 11, §2º, do Estatuto Social da CEGÁS e no art. 150, §4º, da Lei nº 6.404/1976;

3.6. Com base exclusivamente na documentação apresentada referente ao Sr. Hugo Santana de Figueirêdo Junior, verificou-se que o indicado está apto a compor a Diretoria Executiva da CEGÁS, uma vez que atende aos requisitos constantes da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16, do Estatuto Social da CEGÁS e da Política de Indicações da CEGÁS, conforme documentos constantes do processo administrativo SCDOC nº 6488/2020;

3.7. Com base exclusivamente na documentação apresentada referente ao Sr. Fábio Augusto Norcio, verificou-se que o indicado está apto a compor a Diretoria Executiva da CEGÁS, uma vez que atende aos requisitos constantes da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16, do Estatuto Social da CEGÁS e da Política de Indicações da CEGÁS, conforme documentos constantes do processo administrativo SCDOC nº 6488/2020.

3.8. Houve comum acordo sobre a emissão de parecer opinativo no sentido de que os indicados estão aptos a ocupar o cargo.

3.9. Demais disso, todos os interessados declararam, sob as penas da Lei, que cumprem todos os requisitos legais e que não estão impedidos para investidura e remuneração do cargo de administrador de Sociedade de Economia Mista.

4. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, é assinada pelos membros do Comitê.

Fortaleza, 31 de agosto de 2020.




Celânia Pinto Lima

Gerência de Recursos Humanos



Valéria Lima Portela

Coordenação de Gestão de Riscos e
Conformidade



Suyanne Maria Trindade Pedrosa

Gerência Jurídica